

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.241 - RS (2019/0299852-5)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO : RAFAEL ESTEVAO RODRIGUES AGUIAR**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da respectiva unidade federativa, assim ementado (e-STJ, fl. 86):

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PEDIDO DE CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. INDEFERIMENTO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SUCESSIVO DE PENAS.

O artigo 44, parágrafo 5º, do Código Penal, confere uma faculdade ao julgador, podendo ele decidir sobre a conversão das penas. Havendo interpretação mais benéfica ao réu, impositiva sua aplicação. É possível o cumprimento da pena restritiva de direitos, após o cumprimento da pena privativa de liberdade, solução essa mais benéfica, razão pela qual deve ser mantida a decisão recorrida, nos termos do artigo 76 do Código Penal. Jurisprudência desta 3ª Câmara Criminal.

AGRAVO MINISTERIAL DESPROVIDO."

Nas razões do apelo excepcional (e-STJ, fls. 99-108), o recorrente alega contrariedade aos arts. 111, parágrafo único, e 181, § 1º, "e", da Lei de Execução Penal; 44, § 5º, e 76, do Código Penal. Defende, em síntese, que, "[...] sendo incompatível a execução simultânea de penas, deve-se converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade" (e-STJ, fl. 105).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 115-118) e admitido o inconformismo (e-STJ, 120-126), os autos foram encaminhados ao STJ.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 140-144).

### **É o relatório.**

Decido.

O recurso merece prosperar.

Em relação à matéria tratada nos autos, a "[...] jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que, no caso de nova condenação a penas restritivas de direito a quem esteja cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado ou

# Superior Tribunal de Justiça

semiaberto, é inviável a suspensão do cumprimento daquelas - ou a execução simultânea das penas. Nesses casos, as penas restritivas de direito devem ser convertidas em sanção privativa de liberdade, unificando-se as reprimendas, nos termos dos arts. 181 e 111 da Lei de Execução Penal, respectivamente, não sendo aplicável o art. 76 do Código Penal" (HC 400.480/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017).

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PENA DE RECLUSÃO. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem de ofício se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.
2. O paciente cumpria pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade quando sobreveio nova condenação à pena de 1 ano de reclusão, no regime inicial semiaberto.
3. A superveniência de nova condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das reprimendas justifica a conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade e a consequente unificação das penas, nos termos do art. 111 da Lei n. 7.210/84 (LEP).

*Habeas corpus* não conhecido."

(HC 360.379/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016)

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REEDUCANDO EM CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. IMPOSSIBILIDADE. CONVERSÃO DA PENA SUBSTITUTIVA EM REPRIMENDA RECLUSIVA.

1. 'A superveniência de nova condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das reprimendas justifica a conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade e a consequente unificação das penas, nos termos do art. 111 da Lei n. 7.210/84 (LEP)' (HC 360.379/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 22/9/2016).
2. No caso dos autos, o agravante cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado quando sobreveio nova condenação que foi substituída por pena restritiva de direitos.
3. Desse modo, forçosa a conversão da pena substitutiva em privativa

# *Superior Tribunal de Justiça*

de liberdade e a posterior unificação das reprimendas.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.634.175/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017)

Não é despidendo ressaltar que, como já firmado em diversos julgamentos desta Corte Superior, somente certas penas restritivas (prestação pecuniária e perda de bens) e multa se coadunam com os regimes semiaberto e fechado (HC 359.341/RS, desta Relatoria, Quinta Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 25/11/2016; HC 300.366, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 18/09/2014, DJe 02/10/2014; e HC 269.366/RS, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 06/02/2014, DJe 26/2/2014).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para determinar a conversão da pena restritiva de direitos cominada ao recorrido no processo n. 001/2.17.0022598-5 em privativa de liberdade, consoante o teor da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator